

SETOR ELÉTRICO

POR UM NOVO PROJETO ENERGÉTICO

O Seminário Nacional sobre “Modelo Energético: atualidade e perspectivas”, realizado nos dias 19 e 20 de abril de 2012, no auditório do Palácio do Governo Federal, em Brasília, é uma conquista das entidades integrantes da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia. Também é resultado do esforço do Governo para abrir diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras. É uma conquista também de todos e todas que lutam para que o setor energético brasileiro sirva cada vez mais aos interesses do país e de seu povo, em detrimento de interesses privados.

Ao final do seminário foi aprovado pelos 170 participantes do encontro, que contou com a expressiva presença de representantes de diversas organizações sindicais e populares do campo e da cidade, um conjunto de proposições imediatas que deveriam ser levadas em consideração pelo Governo Federal para dar efetiva materialização ao diálogo entre a Plataforma e Governo, bem como para se repensar e reconstruir a política energética nacional que aponte para as mudanças reclamadas pelo povo brasileiro e que foi claramente manifestada ao derrotar o antigo projeto conservador neoliberal, e eleger o atual governo federal.

As sugestões que seguem farão parte do processo de luta que a Plataforma Operária e Camponesa deverá levar adiante no próximo período.

1) Garantir o espaço do diálogo de forma permanente entre o Governo e a Plataforma Operária e Camponesa para Energia, com as seguintes ações imediatas:

- Manter reuniões periódicas da Mesa de diálogos entre Governo e Plataforma, coordenados pela Secretaria Geral da Presidência a fim de debater e encaminhar temas referentes a atual política energética brasileira. Neste momento se faz urgente um debate entre o Governo Federal e a plataforma para discutir as condições para a renovação das concessões do setor elétrico nacional.
- Realizar neste ano de 2012, seminários em cada uma das grandes regiões brasileiras, com os temas tratados neste Seminário Nacional a fim de ampliar e regionalizar os debates feitos.
- Ao prosseguir na mesa de diálogos e nos seminários regionais, deve-se discutir e encaminhar as condições necessárias para a realização de uma Conferência Popular Nacional de energia.

2) Sobre a política energética nacional: Considerando que o atual governo foi eleito em questionamento ao modelo neoliberal, que na política energética privilegia os setores privados, em especial o minero -siderurgicos - eletrointensivos e exportadores se faz urgente que:

- O Planejamento da política energética nacional seja imediatamente revisto, tendo em vista não somente o atendimento da atual demanda de energia, mas, sobretudo que a partir de uma análise crítica da atual política energética se estabeleçam novos parâmetros para os planos, propondo-se novos padrões de organização, de geração e consumo da energia. Este novo planejamento energético deve contemplar ampla participação popular.
- Se renove as concessões do setor elétrico nacional que estão para vencer nos próximos anos, evitando novas privatizações e criando condições para que esta renovação não venha ser objeto de privatizações, precarização ou terceirização do trabalho e perda de direitos e que os benefícios da possível redução de tarifas contemplem as famílias brasileiras, baixando o preço da luz.
- Se tome medidas urgentes para mudar a lei atual para permitir que o BNDES possa financiar as estatais do setor energético nacional, e que se estabeleçam condições para que estes financiamentos não permitam a privatização do setor, a terceirização do trabalho, a violação dos direitos dos atingidos, e a degradação dos recursos naturais.
- Todo o setor de energia deve ser comandado pelo Estado com ampla participação popular e controle social.
- Haja respeito e recuperação dos direitos dos trabalhadores do setor energético nacional, da construção das obras e dos atingidos, evitando a terceirização e precarização do trabalho e a violação dos direitos humanos.
- Haja o fortalecimento do papel público das empresas estatais, recuperando seu poder de investimento e distribuindo os benefícios para todo o povo brasileiro e não apenas para os acionistas.
- Contemple uma ampla gama de medidas de alto alcance popular com a redução nos preços da energia elétrica e do gás de cozinha para as famílias e o incentivo ao uso de tecnologias sociais de economia de energia, como o aquecimento da água com placas solares e as micro-destilarias de álcool através da produção camponesa.



As entidades que compõem a Plataforma Operária e Camponesa para Energia, consideram que estas medidas apontam para a um processo de construção de um Projeto Energético Popular para o Brasil na perspectiva de favorecer o povo brasileiro, a soberania do país e, por consequência, de propiciar maior participação de seu povo nos rumos da nação.





Alô presidente da Comissão de inquérito! Sabe quem te mandou um abraço? O inquérito 252/2011, aquele referente à Diretoria Técnica. Pelo que se sabe, iria ter um desfecho dia 23/04, data da última prorrogação solicitada, mas aparentemente resolveu esperar o PDVP. Se Vossa Exelência o encontrar antes da Intercel, diga-lhe que a Polícia Federal e MP mandaram lembranças.

ELETROSUL

O mistério do Plano de saúde

A direção da Eletrosul está devendo uma informação mais clara e objetiva sobre o que realmente está acontecendo com o plano de saúde de seus empregados. Os trabalhadores/as não suportam mais o jogo de empurra-empurra. Ninguém explica ao certo o que está efetivamente ocorrendo. Nessa apreensão e estresse, por tentar resolver uma questão de saúde, a corda acaba arrebentando sobre os empregados/as que trabalham na área de benefícios que tem que ficar aguentando até “desaforos” de colegas por não saber o que fazer e nem poder dar a solução esperada e necessária para cada caso. Protegida em seu aquário envidraçado, a diretoria se preserva e nem percebe e muito menos sente a angústia - tanto de quem precisa do atendimento médico e familiares, bem como dos empregados/as que atuam na área e que necessitam de uma decisão superior para, no mínimo, amenizar a situação - que, em alguns casos, é desesperadora.

Em outras ocasiões, em situação parecida, a Eletrosul agiu preservando sobretudo o direito dos trabalhadores. Agora a empresa se comporta como re-fém de uma intrincada situação. A diretoria não ousa solucionar o problema e ainda usa como “justificativa” o fato de estar vinculada a UNIDAS (que congrega vários planos de saúde) e, por isso, limitada em suas ações. Ora, se em outros momentos já se buscou uma solução isolada devido a realidade de cada plano e foi compreendido por todos, porque isto não acontece agora? Já se passaram quase seis meses, e o mistério e a angústia continuam. A saúde não pode mais esperar!

ELETROSUL\ELETROBRAS

FNU solicita agilidade da Eletrobras para pagamento da PLR

Em contato com a Eletrobras a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), através do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), buscou agendar a data para a assinatura do termo nacional de pactuação da PLR a ser paga este ano, uma vez que boa parte dos sindicatos que compõem o CNE já aprovaram

os seus termos específicos em suas respectivas empresas. Este cenário permite que a FNU assine o termo nacional de pactuação. O indicativo de data para a assinatura é 17 de maio e, se isto ocorrer, a realização do pagamento da PLR ainda no mês de maio, ficará na dependência exclusiva dos encami-

nhamentos dados pela Eletrobras. No que se refere à Eletrosul, a empresa foi informada oficialmente pelos sindicatos que compõem a Intersul de que as assembleias aprovaram o termo específico de pactuação da PLR, bem como sobre a disposição dos sindicatos para a assinatura do referido termo.

MPT \ ELETROSUL

Atitude corajosa e responsável

A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), entidade que congrega 51 sindicatos no país, recentemente expediu carta ao Ministério Público do Trabalho (MPT) parabenizando o órgão pela corajosa, pertinente e oportuna decisão e, de modo especial, o procurador Sandro Eduardo Sardá, pela emissão da Notificação Recomendatória 44010/2012 sobre a nova política de operação da Eletrosul. Na opinião da FNU, o gesto do MPT configura o compromisso desse órgão com a defesa e proteção dos trabalhadores e demonstra a postura firme, legítima e legal posta a serviço da vida humana em detrimento das questões econômicas envolvidas. Agindo assim, acrescenta, o MPT cumpre efetivamente o seu papel e se coloca como uma instância que serve à sociedade contribuindo cada vez mais com o seu avanço e evolução.

Segundo a Federação, atitudes desse nível animam as entidades sindicais a

CELESC

Política de segurança do trabalhador

A audiência judicial referente à saúde e segurança onde a Celesc é Ré (ACP 2786), prevista para 10 de maio, foi “retirada de pauta”, pelo fato do perito judicial requerer mais prazo para responder a impugnação solicitada pela empresa do relatório da perícia.

Na última audiência a empresa propôs um acordo entre as partes (Celesc, MPT e sindicatos) para a construção de um Plano de ação de saúde e segurança, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e o cumprimento da legislação.

Este Plano de Ação que está sendo constituído é composto por mais de quarenta itens, onde os principais são:

criação de um fundo para financiar o plano; de uma comissão para coordenar e colocar em prática o plano; a definição de uma política de formação/capacitação dos trabalhadores, inexistente após fechamento do CeFA; reestruturação e padronização das atividades dos SESMT's, das atividades dos técnicos de segurança; das CIPA's; revisão das normas pertinentes ao assunto; implantação de sistemas informatizados de fiscalização, assim como, rotinas de trabalho; realização de um amplo seminário para debater e aprimorar este plano; cumprimento dos doze itens da ACP.

O que se constata é a necessidade de fazer uma ampla transformação nos processos de saúde e segurança da empresa com o comprometimento de todos os envolvidos (principalmente os gerentes), para melhoria das condições de saúde e segurança na Celesc. Enquanto quase tudo ligado a saúde e segurança do trabalhador precisa ser refeito ou aprimorado, o que está sendo realizado atualmente são rodeios e festas, como se tivéssemos alguma coisa para comemorar. Um show de marketing para promover alguns poucos. Política do “Pão e Circo”. **Os sindicatos que compõem a Intercel reafirmam a postura de fiscalizar para que a saúde e segurança dos trabalhadores não seja um trampolim para interesses pessoais e seja de uma vez por todas sinônimo da valorização do ser humano, muito carente nos moldes da gestão que se pratica na empresa.**



CELESC

Remuneração dos dirigentes sindicais liberados

ACT 2011/2012 corrigiu prejuízo histórico

O Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre Intercel e Celesc para o período 2011/12 manteve os direitos conquistados através de anos de luta e negociações, além de obter também alguns avanços importantes para a categoria. Entre eles a cláusula 16ª que trata da remuneração dos dirigentes sindicais e traz mudanças importantes para a luta sindical na Celesc.

Até o ACT 2011/12 os celesquianos que assumiam a condição de liberados para o trabalho sindical acumulavam uma série de prejuízos. Além de abrir mão da possibilidade de carreira na própria empresa, da exposição inevitável a conflitos em defesa dos trabalhadores (muitas vezes em discussões diretamente com chefias imediatas as quais o sindicalistas estarão subordinados no seu retorno para a empresa) também assumiam uma diminuição na sua remuneração.

A redução decorria da extinção de adicionais percebidos principalmente pelos empregados da área operacional e técnica, pois grande parcela de sua remuneração é composta por adicionais como: periculosidade, penosidade, horas de sobreaviso, adicional noturno, entre outros. Além disso, a redução também trazia reflexos negativos nas contribuições previdenciárias do INSS e da Celos, bem como nos depósitos do FGTS.

Essa realidade trazia aos sindicatos uma dificuldade para conseguir trabalhadores que se dispusessem à liberação sindical, restringindo aos empregados da área administrativa essa opção, pois para esses a perda salarial é mais amena. Com a implantação da cláusula 16ª passamos a ter uma condição igual a muitas empresas do setor elétrico (Eletrosul e Tractebel, por exemplo), pois ela determina o pagamento da média de remuneração aos liberados, o que mantém para o dirigente sindical praticamente a mesma condição salarial durante a liberação.

O prejuízo acumulado durante anos pelos atuais sindicalistas liberados é uma realidade que não pode mais ser mudada, mas a correção dessa situação a partir do ACT 2011/12 traz para o movimento sindical a possibilidade de participação de mais pessoas, o que é muito importante não só para a manutenção de um sindicato forte, mas também para uma renovação muito bem vinda à luta dos trabalhadores.

CELESC

Intercel aguarda Celesc apresentar proposta de PLR

Ao final da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012, a diretoria da Celesc afirmou que não misturaria demandas, prometendo começar as discussões de um novo modelo de distribuição da Participação do Lucro e Resultados (PLR).

Para isso foi instituído um Grupo de Trabalho com representantes da empresa e dos sindicatos da Intercel, onde as discussões tomaram corpo e um relatório de consenso foi construído como indicativo para nortear a proposta da Diretoria Colegiada.

Em meados de abril a empresa apresentou duas propostas à Intercel, que redigiu uma contra-proposta baseada nos valores prometidos pelo presidente na mesa de negociação e nas premissas debatidas no GT.

Foi aí que a coisa parou. Não sabemos se foi a confusão causada pela criação das novas “caixinhas” que esculhambou com a estrutura de diversos departamentos e diretorias, mas até o momento a Celesc não conseguiu apresentar uma contra proposta para a Intercel.

Aguardamos da Celesc uma rápida resolução para o impasse, para que as demandas específicas não se misturem à data-base, nem que seja necessário uma manifestação dos trabalhadores.

CELESC

Isonomia é base para ação judicial na Celesc

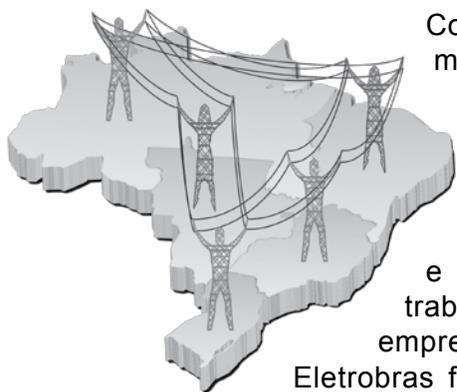
A isonomia no tratamento entre as diversas classes de trabalhadores na Celesc sempre foi base das reivindicações nas negociações coletivas. No começo de 2011 a Celesc implementou sob forma de complementação salarial um reajuste de 37% para os advogados, instituindo um piso salarial para a categoria, sem considerar o Plano de Cargos e Salários vigente na empresa. Durante todo o ano passado os sindicatos da Intercel buscaram uma solução administrativa para o impasse, reivindicando que o mesmo percentual de reajuste fosse replicado às demais categorias, respeitando a isonomia que sempre defendemos. Infelizmente a Celesc adotou a postura de adiar a discussão, deixando os trabalhadores desconfortáveis e acirrando disputas internas entre as classes funcionais.

Como as negociações não avançam e as tentativas administrativas de proporcionar à Celesc a oportunidade de corrigir o próprio erro não surtiram efeito, os sindicatos da Intercel estarão patrocinando para seus associados ações judiciais reivindicando a extensão do reajuste.

Procure o seu sindicato para maiores informações.

ELETROSUL

Negociações coletivas com vistas ao ACT 2012/2013



Conforme informado em boletins da Intersul em edições anteriores deste jornal, as pautas nacional e específica dos trabalhadores nas empresas do Grupo Eletrobras foram entregues no mês de abril. A primeira rodada efetiva de negociação deve acontecer ainda no mês de maio. A data indicativa é o dia 24 em Brasília – DF, no entanto ainda depende de confirmação por parte da Eletrobras. Para as negociações re-

lativas à pauta específica dos trabalhadores da Eletrosul, a previsão é de início somente após a primeira rodada nacional. Com esta perspectiva, os sindicatos que compõem a Intersul estarão realizando um seminário de planejamento da campanha específica, nos dias 22, 23 e 24 de maio, com o objetivo de preparar as estratégias a serem adotadas na campanha e nas rodadas de negociação. O seminário ocorre no município de Piên – PR próximo a Curitiba e contará com a participação dos dirigentes sindicais indicados por todos os sindicatos que

compõem a Intersul. Esta atividade, além de planejar a campanha, tem por objetivo envolver de maneira participativa e democrática os dirigentes sindicais que farão a ponte com os trabalhadores, que na verdade serão os agentes principais deste processo, através do envolvimento efetivo nos encaminhamentos e ações que deverão ser desencadeadas durante a campanha deste ano. **A energia do Brasil está em nossas mãos!**

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489). Conselho Editorial: Amilca Colombo. Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC. CEP 89206-000. Fone (047) 3028-2161. E-mail: sindsc@terra.com.br - Site: www.sindinorte.org. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Manifesto de apoio e solidariedade ao povo argentino

Nós, movimentos sociais e sindicais, reunidos nos dias 19 e 20 de abril de 2012 no Seminário Nacional sobre o Modelo Energético, em Brasília, expressamos com alegria e entusiasmo nosso apoio irrestrito à corajosa e soberana atitude do governo da Argentina, por decisão de sua presidenta Cristina Kirchner, de nacionalizar a empresa de hidrocarbonetos YPF, recuperando para os argentinos esse patrimônio público que lhes havia sido alienado na década de 90. A recuperação da soberania argentina sobre os recursos do petróleo e gás natural, que haviam sido transferidos à transnacional espanhola Repsol, é um avanço que fortalece a luta de todos os povos latino-americanos contra a pilhagem de suas riquezas pelas empresas transnacionais.

Na Argentina, no Brasil e em toda a América Latina, os movimentos sociais, os sindicatos e outras organizações populares têm denunciado as transnacionais do setor de energia como responsáveis

pela exploração predatória dos recursos naturais, pela apropriação privada do patrimônio público, pela precarização das relações de trabalho, pelo deslocamento das populações, pela destruição de comunidades indígenas e quilombolas e pela deterioração do meio ambiente.

Agora, a Argentina se soma às iniciativas dos governos democráticos e populares da América do Sul ao reverter as condições injustas do modelo neoliberal e recuperar o controle dos recursos energéticos estratégicos, para que sejam utilizados a partir de critérios nacionais. Na Bolívia, na Venezuela e no Equador, países integrantes da Alba, governos comprometidos com os interesses populares adotaram, na última década, medidas importantes em defesa de sua soberania energética. No Brasil, um amplo conjunto de organizações populares têm se mobilizado para que as reservas petrolíferas do pré-sal, além da água e da energia, sejam utilizadas em benefício da maioria dos brasileiros e não dos interesses imperialistas.

A nacionalização da YPF, com o fim da exploração predatória dos recursos

energéticos e do mercado de combustíveis pela Repsol, é mais um passo importante na defesa da soberania e da dignidade de todos os povos da América Latina. Por isso, merecem todo nosso apoio e solidariedade.

Que essa postura dos trabalhadores e trabalhadoras da Argentina sirva de exemplo para nosso país, onde o povo permanece refém de uma política de apropriação de nossos bens naturais para gerar lucro para alguns.

Água e energia não são mercadorias! São para a soberania dos povos!
Brasília, 19 e 20 de abril de 2012

Assinam: Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) \ Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) \ Federação Única dos Petroleiros (FUP) \ Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) \ Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) \ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) \ Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis e Região (Sinergia-SC) \ Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR) \ Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia HidroElétrica (Sindieletró-MG) \ Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (Stiu-DF) \ Consulta Popular (CP) \ Levante Popular da Juventude



Venezuela proíbe terceirização, amplia licença maternidade e reduz jornada de trabalho

O governo venezuelano acaba de dar um bom exemplo a todos os países que lutam pela melhoria das condições de salário e trabalho. A nova Lei Orgânica do Trabalho da Venezuela foi comemorada pela população com festa no dia 1º de maio.

A nova lei põe fim às terceirizações e determina o fim das chamadas "empresas intermediárias", estabelecendo prazo de três anos para que elas absorvam os trabalhadores terceirizados.

Outra novidade é a redução da jornada para 40 horas semanais, o que garante ao trabalhador dois dias de descanso por semana. E para resguardar a estabilidade no emprego foi estabelecida a multa rescisória em dobro aos empregadores que demitirem sem justa causa. A legislação fixa a licença pré-natal em seis semanas e a pós-natal em 20 semanas, além de garantir a licença paternidade de 14 dias. As mães que adotarem uma criança terão licença de 26 semanas (16 semanas a mais que o determinado pela lei anterior). A nova Lei Orgânica do Trabalho da Venezuela também estende a dois anos a garantia de emprego para os pais e mães. E as mulheres com filhos que tenham alguma incapacidade terão estabilidade no emprego.

[<http://www.sindeletró.org.br/publicacoes/noticias/venezuela-proibe-terceirizacoes-amplia-licenca-maternidade-e-reduz-jornada-de-trabalho>]

